

ORIENTAÇÕES PARA REDAÇÃO E FORMATAÇÃO DO TRABALHO DE CURSO

As orientações a seguir foram desenvolvidas a partir das Normas Brasileiras (NBR) 6023, 6028, 10520 e 14724, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Em caso de dúvida, consulta a íntegra da NBR.

1 ELEMENTOS OBRIGATÓRIOS DO TRABALHO DE CURSO

O Trabalho de Curso contém elementos obrigatórios, que devem ser apresentados na ordem abaixo. Ainda, são indicados os elementos opcionais mais frequentes (em azul).

capa (obrigatório)

Termo de Ciência e de Autorização (TCCG) (obrigatório/ UFG)

folha de rosto (obrigatório)

ficha catalográfica (obrigatório/ UFG)

ata de aprovação (obrigatório/ UFG)

dedicatória (opcional)¹

agradecimentos (opcional)²

epígrafe (opcional)³

resumo na língua vernácula (obrigatório)

resumo em língua estrangeira (obrigatório)

listas de ilustrações, tabelas, abreviaturas e símbolos (opcional)

sumário (obrigatório)

introdução (obrigatório)

desenvolvimento (obrigatório)

conclusão (obrigatório)

referências (obrigatório)

apêndice (opcional)⁴

anexo (opcional)⁵

¹ “dedicatória: texto em que o autor presta homenagem ou dedica seu trabalho” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2011, p. 2).

² “agradecimento: texto em que o autor faz agradecimentos dirigidos àqueles que contribuíram de maneira relevante à elaboração do trabalho” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2011, p. 1).

³ “epígrafe: texto em que o autor apresenta uma citação, seguida de indicação de autoria, relacionada com a matéria tratada no corpo do trabalho” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2011, p. 2).

⁴ “apêndice: texto ou documento elaborado pelo autor, a fim de complementar sua argumentação, sem prejuízo da unidade nuclear do trabalho” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2011, p. 2).

⁵ “anexo: texto ou documento não elaborado pelo autor, que serve de fundamentação, comprovação e ilustração” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2011, p. 2).

1.1 CAPA

A capa do trabalho contém *apenas* os seguintes elementos: nome da instituição; nome do discente; título e, se houver, subtítulo; local (cidade) e ano de apresentação (figura abaixo).

Todos os elementos da capa são centralizados; fonte tamanho 12, maiúsculas e espaçamento 1,5 entre as linhas.

Não há a inserção de símbolos ou da unidade acadêmica.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
NOME DO DISCENTE
TÍTULO DO TRABALHO: subtítulo
GOIÂNIA
2025

1.2 TCCG

A inclusão do Termo de Ciência e de Autorização (TCCG) no Trabalho de Curso é exigência da Universidade Federal de Goiás. O documento é preenchido pelo orientador, via SEI, e é assinado por ele e pelo discente.

O discente deve fazer o download do documento e incluí-lo como uma página do artigo ou da monografia.

1.3 FOLHA DE ROSTO

A folha de rosto contém *apenas* os seguintes elementos: nome do autor; título e subtítulo, se houver; natureza (texto digitado abaixo do título, do meio da página para a direita); titulação e nome do orientador; local (cidade) e ano de apresentação (figura abaixo).

NOME DO DISCENTE TÍTULO DO TRABALHO: subtítulo Trabalho de Curso apresentado à Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, como requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito. Orientador: Dr. Nome do Professor GOIÂNIA 2025
--

1.4 FICHA CATALOGRÁFICA

A inclusão da ficha catalográfica é exigência da Universidade Federal de Goiás. Seu preenchimento é feito pelo site da Biblioteca Central da UFG (tutorial disponível).

Somente preencha a ficha catalográfica após a sessão de defesa, pois os dados solicitados pelo site pressupõem que o trabalho esteja concluído.

A ficha catalográfica não é contada como uma página do trabalho, pois, na versão impressa, ela se situa no verso da folha de rosto.

1.5 ATA DE APROVAÇÃO

Deve ser preenchida pelo orientador via SEI e ser assinada pelos integrantes da banca examinadora, também via SEI. Após, o discente deve fazer o download do documento, que é incluído como uma página do artigo ou da monografia.

1.6 RESUMO

O resumo contém entre 150 e 500 palavras e é redigido em parágrafo único, com frases concisas. A primeira frase deve ser significativa, explicando o tema do trabalho. O texto também informa o objetivo da pesquisa, a metodologia utilizada, os resultados alcançados e a conclusão. Logo abaixo do resumo constam as palavras-chave.

O resumo e as palavras-chaves são escritos em português e em língua estrangeira.

1.7 SUMÁRIO

O sumário apresenta as principais divisões do trabalho. Ao elaborá-lo, mantenha um padrão decrescente (caixa alta e negrito para as seções primárias, caixa baixa e negrito para as seções secundárias e caixa baixa sem negrito para as seções terciárias).

Ao longo do trabalho, os títulos e subtítulos devem seguir o padrão gráfico do sumário.

Observe que resumo, *abstract*, introdução, conclusão e referências não são numerados.

Não há ponto, hífen ou parêntese entre o numeral e o texto.

SUMÁRIO
RESUMO
ABSTRACT
INTRODUÇÃO
1 OBSTÁCULOS ECONÔMICOS PARA O ACESSO À JUSTIÇA
1.1 Acesso à justiça
1.1.1 Conceito
1.1.2 As ondas renovatórias de acesso à justiça
1.2 Ônus financeiro do processo

1.3 Dados sobre despesas processuais e gratuidade no Brasil
2 O NOME DO CAPÍTULO ESTÁ EM CAIXA ALTA E NEGRITO
2.1 Observe que o texto está em negrito, mas em caixa baixa
2.2 O padrão de redação do sumário deve ser repetido no corpo do trabalho
CONCLUSÃO
REFERÊNCIAS

1.8 INTRODUÇÃO

A introdução apresenta o trabalho ao leitor, contendo o tema, o problema, a justificativa, os objetivos, a metodologia e a organização dos capítulos. Ela não comporta divisões em tópicos e não apresenta resultados ou conclusões.

É redigida utilizando-se o tempo verbal futuro, por explicar como o trabalho será realizado.

1.9 DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento é o corpo do trabalho, onde se expõe o assunto pesquisado.

1.10 CONCLUSÃO

A conclusão é redigida considerando o problema proposto e os resultados encontrados. Não se deve discorrer sobre todo o conteúdo do trabalho.

1.11 REFERÊNCIAS

Nas referências, o discente indica todas as obras que foram objeto de citação direta ou indireta. Não devem constar obras que foram lidas, mas que não foram citadas.

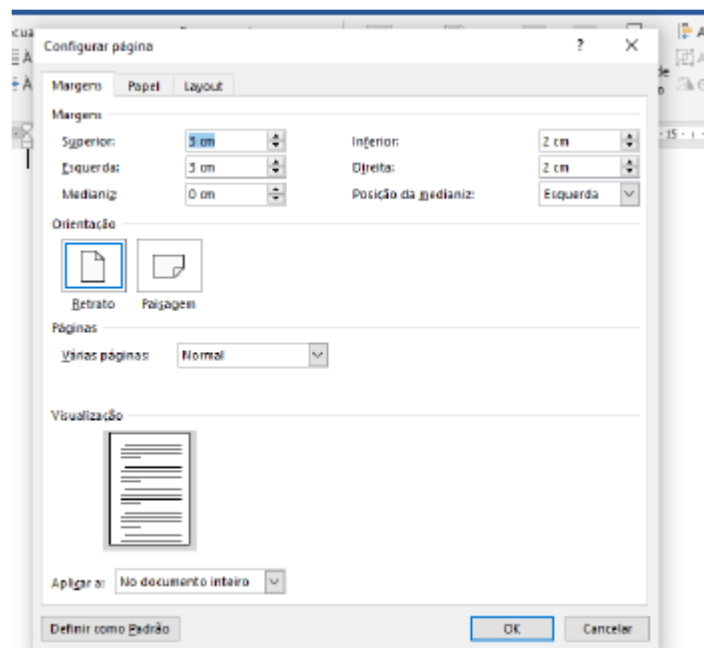
1.12 ORGANIZAÇÃO DOS ELEMENTOS

Se o trabalho é uma monografia, cada elemento obrigatório se inicia em uma nova página, inclusive cada um dos capítulos. Já se o trabalho é um artigo científico, o conteúdo da introdução até as referências é digitado sem quebra de página.

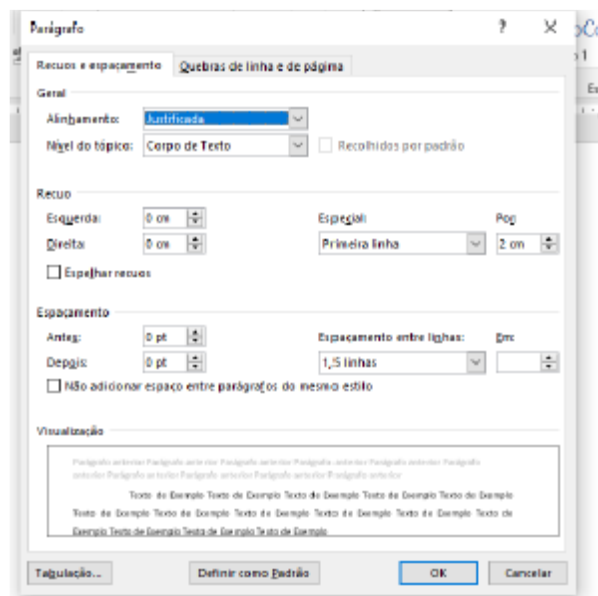
2 INFORMAÇÕES PARA DIGITAÇÃO DO TRABALHO

Ao digitar o Trabalho de Curso, observe as seguintes orientações:

- o trabalho deve ser digitado em papel branco, formato A4;
- as margens superior e esquerda devem ser de 3,0cm e as margens inferior e direita de 2,0cm;
- a figura abaixo mostra como fazer essa configuração;



- fonte: Times New Roman ou Arial, tamanho 12, exceto nas notas de rodapé e citações longas, quando se utiliza tamanho 10;
- espaçamento entre parágrafos: 0pt antes e depois,
- o espaçamento entre linhas deve ser de 1,5, exceto resumos, notas de rodapé, citações longas e referências, quando se utiliza o espaçamento simples;
- para indicar o início de parágrafos, a margem é de 2,0cm;
- a figura a seguir mostra como fazer essa configuração;



3 CITAÇÕES

Conforme as normas para o Trabalho de Curso da Graduação em Direito da Universidade Federal de Goiás, a prática de plágio importa em reprovação nas disciplinas de Trabalho de Curso I ou II. Considera-se plágio a cópia literal ou paráfrase de texto ou ideias de outro autor, sem o cumprimento das normas técnicas de citação e referências. Logo, para evitar-se o plágio, é necessário indicar as fontes de informação.

Prioritariamente, será utilizado o sistema de chamada autor-data, exceto se o orientador determinar a utilização do sistema nota de rodapé.

No sistema autor-data, indica-se a fonte pelo sobrenome do autor e a data da publicação da obra. No caso de citações diretas, também se informa o número da página.

Exemplos:

Leuzinger (1990, p. 136) conceitua os espaços protegidos como “áreas, públicas ou privadas, sujeitas a regimes especiais de proteção, ou seja, sobre as quais incidam limitações objetivando a proteção, integral ou parcial, de seus atributos naturais”.

(O sobrenome da autora faz parte do texto, então foi indicado entre parênteses o ano da publicação e a página. A página foi indicada por se tratar de citação direta. Se a citação fosse indireta, constaria apenas o ano da publicação).

Das duas definições, extraem-se os seguintes requisitos para configuração de uma área protegida: delimitação territorial, objetivo conservacionista e regime especial de proteção e de administração (Benjamin, 2001).

(Como o sobrenome do autor não faz parte do texto, ele vem entre parênteses, juntamente com o ano da publicação. Se fosse citação direta, também deveria constar a página).

Na citação direta, transcreve-se literalmente parte da obra do autor consultado. Já na indireta, demonstra-se que o texto está baseado em obra e/ou afirmações do autor consultado, embora o texto tenha sido escrito pelo discente.

As citações diretas de até três linhas devem estar contidas entre aspas duplas. Já as citações de mais de três linhas devem ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, fonte tamanho 10, espaçamento simples entre linhas e sem aspas.

Exemplos:

Leuzinger (1990, p. 136) conceitua os espaços protegidos como “áreas, públicas ou privadas, sujeitas a regimes especiais de proteção, ou seja, sobre as quais incidam limitações objetivando a proteção, integral ou parcial, de seus atributos naturais”.

(citação direta de até 3 linhas: texto entre aspas, com referência a autor, ano e página)

Em 1992, o poder executivo remeteu ao Congresso Nacional um anteprojeto de lei que criava o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc) e tinha como objetivo

relacionar, em uma única lei, um conjunto de tipos diferentes ou categorias de UC, claramente distinguíveis uma em relação à outra, em número suficiente para atender a todas as necessidades em matéria de conservação, mas não grande demais a ponto de causar a superposição de funções e objetivos de manejo. Outro objetivo importante era estabelecer algumas regras básicas para a criação e gestão de UC, como a necessidade de critérios científicos para sua criação ou a necessidade de cada Unidade dispor de um plano de manejo (Mercadante, 2001, p. 558).

(citação direta de mais de 3 linhas: recuo de 4cm, sem aspas, fonte 10, espaçamento simples entre linhas)

São três os requisitos para a configuração de uma área protegida: delimitação territorial, objetivo conservacionista e regime especial de proteção e de administração (Benjamin, 2001).

(Citação indireta: o aluno escreveu o texto com suas palavras, mas indicou o autor da ideia, evitando a caracterização de plágio. Neste caso, não se informa a página).

A citação de citação consiste na menção de um texto cujo original não se teve acesso (deve ser evitada, pois o ideal é consultar a obra original). Neste caso, deve-se indicar a obra consultada com a expressão latina *apud* (que significa “citado por”).

Exemplo:

Segundo Beviláqua (*apud* Magalhães, 1980, p. 60), “a inalienabilidade não pode ser perpétua. Há de ter uma duração limitada”.

(Nesse caso, o aluno teve acesso ao livro de Magalhães, onde leu a frase escrita por Beviláqua. Nas referências, vai constar a obra consultada, ou seja, a de Magalhães).

Eventuais supressões nas citações diretas devem ser indicadas com colchetes e reticências [...].

Caso o texto original contenha algum destaque, ele deve ser mantido na citação direta, acrescentando-se a expressão grifo do autor ou grifou-se. Já se o destaque for feito pelo discente, acrescenta-se grifo nosso. Exemplos:

Art. 6º. **O proprietário da floresta não preservada, nos termos desta Lei, poderá** gravá-la com perpetuidade, desde que verificada a existência de interesse público pela autoridade florestal. O vínculo constará de termo assinado perante a autoridade florestal e será averbado à margem da inscrição no Registro Público (Brasil, 1965, grifo nosso).

O discente fez o destaque no texto

Por sua vez, Barroso (2003, p. 85, grifo do autor) entende que a efetividade “representa a materialização, no mundo dos fatos, dos preceitos legais e simboliza a aproximação, tão íntima quanto possível, entre o *dever-ser* normativo e o *ser* da realidade social”.

Nesse caso, o destaque constava do texto original

A redação do trabalho científico é diferente da redação de uma petição. Evite a transcrição de ementas, quanto mais de uma sequência delas. A análise de julgados deve ser feita, preferencialmente, mediante o estudo dos acórdãos.

4 REFERÊNCIAS

Nas referências, o discente indica todas as obras que foram objeto de citação direta ou indireta. Não devem constar obras que foram lidas, mas que não foram citadas.

As referências devem indicar os elementos essenciais do documento consultado, assim considerados: autor, título, local, editora e data de publicação. Para documentos online, acrescenta-se o endereço eletrônico e a data de acesso, precedidos das expressões Disponível em: e Acesso em:.

É necessário que a pontuação seja uniforme para todas as referências, que são apresentadas em ordem alfabética.

O nome da obra deve ser destacado com negrito ou itálico.

Seguem abaixo vários exemplos. Para aprofundamento, consultar a NBR 6023.

ANTUNES, Paulo de Bessa. *Direito Ambiental*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.
(SOBRENOME e nome do autor. *Nome da obra, destacado por itálico*. Local: editora, ano).

ARNAUD, André-Jean *et al.* *Dicionário enciclopédico de Teoria e de Sociologia do Direito*. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.
(SOBRENOME e nome do autor. *Nome da obra, destacado por itálico*. Local: editora, ano. Utilizou-se a expressão *et al* porque o texto tem quatro autores ou mais)

BONALUME, Wilson Luiz. Santuário ou refúgio da fauna silvestre. *Revista de Direito Ambiental*. São Paulo, ano 1, n. 3, p. 224-233, jul./set. 1996.
(SOBRENOME e nome do autor. Título do artigo. *Nome da obra, destacado por itálico*. Local de publicação, numeração do ano ou volume, número da revista, páginas inicial e final do artigo, data ou período de publicação).

BRASIL. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em: 8 dez. 2004.
(JURISDIÇÃO EM CAIXA ALTA. *Epígrafe*. Dados da publicação).

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Habeas Corpus nº 35.476/BA*. Relator: Min. Gilson Dipp, 21 de setembro de 2004. Disponível em:
https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200400676268&dt_publicacao=03/11/2004. Acesso em: 18 jan. 2005.
(JURISDIÇÃO EM CAIXA ALTA. Nome do tribunal. *Tipo de documento e número do processo*. Nome do relator. Data de julgamento. Link da publicação. Data de acesso. Observar que antes do link vem a expressão Disponível em: e, antes da data de acesso, Acesso em:

CAIUT, José Aurélio. Ecoturismo em reservas particulares do patrimônio natural, uma saída viável. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 3., 2002, Fortaleza. *Anais*. Fortaleza: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, 2002, p. 869-870. (SOBRENOME e nome do autor. Título do trabalho. In: NOME DO EVENTO, numeração do evento quando houver., ano e cidade de realização. *Título do documento em destaque*. Local: editora, ano de publicação, páginas inicial e final da parte referenciada).

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Função Getúlio Vargas, 1991. (AUTOR PESSOA JURÍDICA. *Nome da obra em destaque*. Local: editora, ano).

FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de; LEUZINGER, Márcia Dieguez. Desapropriações ambientais na Lei nº 9.985/2000. In: BENJAMIN, Antônio Herman (coord.). *Direito Ambiental das áreas protegidas*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001, p. 465-489. (Essa obra é composta por diversos artigos e está se referenciando um deles. SOBRENOMES e nomes dos autores. Título do trabalho. In: SOBRENOME e nome do coordenador. *Título da obra em destaque*. Local: editora, ano, páginas inicial e final do artigo).

FREITAS, Vladimir Passos de; FREITAS, Gilberto Passos de. *Crimes contra a natureza*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. (Quando forem até 3 autores, indicar o nome e sobrenome de todos, separados por ponto e vírgula).

GOIÁS. Tribunal de Justiça. *Súmula n. 25*. Diário da Justiça n. 2.120, Seção I, publicado em 28 set. 2016. Disponível em: <http://tjdocs.tjgo.jus.br/documentos/434827>. Acesso em 20 mar. 2019.

(JURISDIÇÃO EM CAIXA ALTA. Nome do tribunal. *Tipo de documento*. Dados da publicação. Link da publicação. Data de acesso. Observar que antes do link vem a expressão Disponível em: e, antes da data de acesso, Acesso em:

Verifique que, em relação ao julgado do STJ, a jurisdição é BRASIL. Já em relação à súmula do TJGO, a jurisdição é GOIÁS. É necessário observar se o órgão jurisdicional está ligado à União ou aos Estados.

SILVA, José Afonso da. *Direito Ambiental Constitucional*. São Paulo: Malheiros, 2003.

_____. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Malheiros, 2004.

Quando há repetição do autor na mesma página, o nome é substituído por _____.